

---

## **A fome em dois tempos: Uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o Mapa da Fome, em 2014 e 2020<sup>1</sup>**

Mariana Helena FERREIRA<sup>2</sup>

Adriana BRAVIN<sup>3</sup>

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

### **Resumo**

O Brasil, que em 2014 havia saído do Mapa da Fome, da ONU, retornou a esse quadro em 2018, e viu, em 2020, o cenário se agravar com 55,2% das famílias vivendo em situação de insegurança alimentar. Nesse contexto, o recorte deste artigo volta-se para a análise da produção de sentido sobre o tema de duas reportagens veiculadas pela Folha de S. Paulo, em 2014 e 2020. Busca-se compreender o porquê a fome vira assunto neste veículo, considerado imprensa de referência e com público consolidado nas classes B e C, e qual discurso é construído para os leitores da Folha. Para isso, percorremos informações sobre a fome no país e as políticas públicas voltadas ao tema; assim como o caráter seletivo das notícias e a produção de sentidos. A análise apontou que a fome vira discurso na Folha pautado nos critérios de seleção e de construção (TRAQUINA, 2005) quando trata-se do Mapa da Fome. Já em relação à produção de sentidos (EMEDIATO, 2013), a Folha apresenta uma produção fria e distante da realidade daqueles que passam fome no país.

**Palavras-chave:** fome; insegurança alimentar; jornalismo; Folha de S.Paulo; produção de sentido

### **Introdução**

Em 2020, a ordem econômica mundial passou por mudanças em decorrência de uma das maiores pandemias da história: a COVID-19. No Brasil, o cenário foi ainda mais devastador. Além da crise sanitária que se instalou, causando a morte de 667.790 pessoas (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022), o país passou também por uma crise política e econômica. Um dos resultados desse cenário foi o agravamento da fome. O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome, da ONU, em 2014, por intermédio do programa Bolsa Família, aliado a outras políticas públicas, voltou a enfrentar este cenário em 2018, mas foi somente em 2020 que, segundo estudo realizado pelo maior grupo de pesquisadores que olham a fome no país, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), a situação se agravou.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: [mariana.hf@aluno.ufop.edu.br](mailto:mariana.hf@aluno.ufop.edu.br).

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação, professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, orientadora do trabalho, email: [adriana.bravin@ufop.edu.br](mailto:adriana.bravin@ufop.edu.br)

---

Naquele ano, a mídia noticiava que o país havia voltado ao Mapa da Fome, em 2018, de acordo com a análise de dados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, com pelo menos 5% da sua população convivendo abaixo da média de ingestão alimentar recomendável. Também em 2020, quando a pandemia da COVID-19 começou, o Governo federal lançou o Auxílio Emergencial, um benefício financeiro que visava auxiliar trabalhadores que tiveram suas rendas comprometidas devido às medidas de segurança contra o coronavírus, incluindo-se as categorias de trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos (as) e desempregados (as).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu R\$ 200,00 como valor para o auxílio, sendo mais tarde aprovado pelo Congresso o total de R\$ 600,00. O benefício era restrito a uma pessoa por família, sendo autorizadas duas parcelas para mulher provedora de família monoparental, isto é, mãe solteira. De acordo com o Ministério da Cidadania, beneficiários do Bolsa Família também tinham direito ao Auxílio.

Nesse caso, seria verificado pelo Governo se o trabalhador cumpria todos os requisitos necessários e qual o valor era recebido pelas famílias. Caso fosse menor, seria depositado o valor referente ao Auxílio Emergencial e somente isso; o benefício do Bolsa Família seria suspenso durante este período. Então, em 2021, com a redução do valor e também das pessoas contempladas pelo Auxílio Emergencial, a situação de vulnerabilidade social no Brasil se agravou.

Naquele ano, a Rede Penssam divulgou o 1º Inquérito de Insegurança Alimentar, no qual dados revelavam que 55,2% das famílias passaram a viver em situação de insegurança alimentar, o que representava um aumento de 54% em relação aos dados levantados desde 2018, quando este percentual correspondia a 36,7% da população (PENSSAN, 2021). Ainda de acordo com este levantamento, 43,4 milhões de pessoas, equivalentes a 20,5% da população brasileira, não tinham o suficiente para se alimentar bem, considerados assim em um quadro de insegurança alimentar moderada ou grave, e outros 19,1 milhões, ou 9%, estavam em situação de fome, tratando-se de insegurança alimentar grave. Resultados que partem da ausência de políticas públicas do atual governo e da péssima gestão econômica durante a pandemia.

Em pesquisa mais recente, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, disponibilizado pela Rede Penssan em 08 de junho de 2022, apontou que são 14 milhões

---

a mais de pessoas passando fome desde 2020. A pesquisa indicou que o número de pessoas nesta situação passou para 15,5%, ou seja, 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras. Além disso, ressaltou a continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora no quadro econômico do país e conseqüentemente o aumento da desigualdade como os agravantes da situação.

Se levarmos em conta as políticas públicas voltada a essa problemática, presente historicamente no cotidiano de brasileiros e brasileiras, só em 1993, com a Ação da Cidadania contra a Fome, idealizada pelo sociólogo Helbert de Souza, ela começou a ser pensada. A campanha, que teve mobilização nacional, atraiu a atenção para 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Em 1994, durante a gestão do ex-presidente Itamar Franco, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), por meio do Decreto nº. 807, que tinha como objetivo combater a miséria no país. Contudo, o programa foi desativado logo em seguida, em 1995, voltando a ser uma questão de importância política em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio da Silva, o Lula.

Nascia aí um novo projeto político e a expectativa de reduzir a fome no país, além de trazer a segurança alimentar para a mesa dos brasileiros: o Fome Zero. Lançado no fim de janeiro de 2003, o projeto visava trabalhar políticas emergenciais no combate à fome, isto porque

A fome deixou de ser considerada uma fatalidade individual e passou a ser tratada como uma questão de política pública. No seu discurso de posse, o presidente Lula anunciou o combate à fome como prioridade absoluta de seu governo. Ao dizer que a missão de sua vida estaria cumprida se, ao final de seu mandato, cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, ele não fazia uma promessa, mas lançava um desafio à sociedade e estabelecia a linha-mestra de um ousado projeto de nação. (CAMPOS e ABREU, 2010, p.153).

O projeto contou com o apoio de diferentes esferas sociais dos setores público, privado, artístico e cultural, a partir de doações e até mesmo produção de músicas para a campanha política. Mas, do que se tratava o Fome Zero? O programa, elaborado pelo Instituto Cidadania, por uma equipe coordenada por José Graziano da Silva, o mesmo que ocupou, pela primeira vez, o cargo de Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, visava assegurar, ao menos, três refeições por dia a todos os brasileiros. (BETTO, 2010).

---

No entanto, o projeto não foi o único nem mesmo o carro-chefe que conduziu o país rumo à despedida do Mapa da Fome. É correto dizer que ele abriu as portas para que novas políticas e ações emergenciais fossem lançadas a fim de restabelecer a igualdade social no Brasil, mas após sua criação, no mesmo ano, 2003, foi criado o maior programa social responsável por assistir as famílias em situação de vulnerabilidade social: o Bolsa Família. Em janeiro de 2004, o Bolsa já atendia 3,6 milhões de famílias. Este número triplicou em 2010, quando o total de beneficiados passou para 12,8 milhões. “Mesmo respondendo por uma parcela pequena da renda total das famílias brasileiras – cerca de 0,4%, em 2003, e 1,28%, em 2011 –, o programa foi responsável por uma redução substantiva nos índices de pobreza e, assim, na desigualdade de renda no Brasil”. (CARVALHO, 2018, n.p.)

O Bolsa Família, além de ser o pilar da redistribuição de renda, também modificou outras questões econômicas no país. O salário-mínimo, por exemplo, que vinha ganhando poder de compra desde o controle da inflação, em 1995, segundo Laura Carvalho (2018), se valorizou ainda mais em 2005. Esta valorização, por sua vez, trouxe dois pontos importantes. Primeiro, aumentou o poder de compra, o que gerou movimento na economia. Segundo, reduziu a diferença entre o salário-mínimo e o salário médio no país, ou seja, reduziu a desigualdade salarial e a população pobre passou a receber valores próximos ao conjunto médio de trabalhadores no Brasil.

Enfim, em 2014, o resultado das políticas públicas de distribuição de renda chegou e o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. O Bolsa Família, em 15 anos de atuação, segundo o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi o programa de transferência pública de renda que mais alcançou a população vulnerável no Brasil. Ainda de acordo com os dados, estes recursos reduziram em 15% a pobreza e 25% a extrema pobreza no país.

A discussão a seguir, sobre o caráter seletivo das notícias e a produção de sentidos, nos ajudarão a compreender elementos que irão nos guiar na análise sobre as reportagens produzidas pela Folha de S. Paulo sobre a fome, em 2014 e 2020: a primeira, intitulada “Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil” (FOREQUE, 2014)<sup>4</sup>, publicada no dia 16 de setembro de 2014, assim que o Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

---

<sup>4</sup>Disponível em: < [Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil](#)>. Acesso em 17/5/23

---

(FAO, em inglês), deixou o Mapa da Fome; já a segunda reportagem foi disponibilizada em 17 de setembro de 2020, com o título “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE” (BARBON, 2022)<sup>5</sup>, publicada após divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Para responder à pergunta - qual discurso é apresentado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a fome? - a pesquisa abordou os critérios de noticiabilidade e a análise discursiva, a partir dos estudos sobre produção de sentido no jornalismo.

### **Sobre as notícias e a produção de sentidos**

No jornalismo, há muito se discute sobre o que faz um acontecimento ser relevante o suficiente para chegar aos jornais, ou seja: o que são as notícias? Diversos estudiosos tentaram responder a essa pergunta, mesmo que quase sempre as respostas fossem insuficientes. Vale ressaltar que o jornalismo é um negócio, ou seja, sua função final é obter lucro, portanto, a organização está voltada para este fim, logo, o setor comercial é o mais importante para conseguir este resultado, sendo assim, um dos grandes influenciadores no processo de escolha das notícias. Seguindo tal lógica, cabe ao jornalista se adaptar nestes ambientes e às linhas editoriais impostas pela empresa.

Dito isso, um meio de explicar o que são as notícias é analisado de acordo com os critérios de noticiabilidade, ou seja, um “[...] Conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor-notícia”. (TRAQUINA, 2005, p. 63). Nelson Traquina, ao falar sobre esses valores, afirma que [eles] são um elemento central da cultura jornalística e que tais critérios são elementos fundamentais na interação jornalística, além de terem referências sobre os conhecimentos utilizados na produção jornalística, ou seja, que podem ser utilizados para facilitar a elaboração das notícias. (TRAQUINA, 2005).

O autor identificou, em seus estudos classificatórios sobre valores-notícia, 21 critérios de noticiabilidade, divididos em subclasses distintas, sendo: critérios substantivos de seleção, critérios contextuais de seleção e critérios de construção: aqueles ligados à produção das notícias. Esta pesquisa voltou-se para os seguintes

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE](#)>. Acesso em 17/5/23

---

critérios: 1) os substantivos de seleção: relevância, novidade; 2) os de construção: amplificação, simplificação, relevância, personalização e dramatização serão utilizadas na análise.

Com relação à produção de sentidos, importa discutir a presença ou não de opinião em textos jornalísticos e a construção de sentido. De um lado, de acordo com Emediato (2013), a opinião sempre foi parte constitutiva do discurso jornalístico; por outro, ela é vista como desvio de deontologia. Este autor, levando em consideração a lógica mercadológica e as concorrências na mídia, ressalta a necessidade da heterogeneidade de opiniões na imprensa e, conseqüentemente o apagamento da sua própria opinião, para sobreviver diante desta lógica, a exemplo do que faz o jornal Folha de S. Paulo. “Portanto, o que caracteriza a imprensa de referência atual não é, de fato, a ausência ou a presença de opinião, mas a forma como é realizada a gestão das vozes e pontos de vista na perspectivização dos fatos [...]” (EMEDIATO, 2013 p. 70).

No que diz respeito à produção de textos jornalísticos, a heterogeneidade também aparece nos diferentes tipos de produções, isto é, gêneros textuais. Dentre eles, há os textos argumentativos, como editoriais, colunas, crônicas e artigos de opinião e, os informativos, como reportagem, notícia e entrevista. Cabe aqui uma observação: embora os primeiros claramente apresentem opiniões, os segundos não a deixam de fazer, uma vez que entendemos que a imparcialidade está fora de cogitação. Portanto, embora os textos informativos apresentem uma visada de “fazer-creer”, como ressalta Emediato, eles não deixam de apresentar um ponto de vista (EMEDIATO, 2013).

Uma vez que o informante, ou seja, o jornal, entra em contato com um determinado acontecimento, a forma como ele irá reportá-lo será definida de acordo com os seus próprios contextos e a ética que o envolve. Sendo assim, ao se deparar com o conteúdo sintetizado pelo informante, o leitor irá imergir nas mesmas ideias do informante e interpretará o fato, conforme a perspectiva dada por ele. Por isso, ao explicar os atos de linguagem, Emediato reconhece a dimensão argumentativa proposta por Amossy (2006, citado por EMEDIATO, 2013), do mesmo modo que entende que os efeitos contextuais são potencializados pela ética cidadã. Isto porque, “toda comunicação tem dimensão argumentativa e para que seja de fato entendida é necessário a ética cidadã a qual se vincula toda informação jornalística de referência” (EMEDIATO, 2013, p.71).

---

Ao pensar na argumentação, é necessário entender que existem textos cujo argumento fica explícito em seu discurso e outros não. Assim, podemos separar em produções declaradamente argumentativas (editoriais, colunas de opinião) e outros que possuem dimensão argumentativa (reportagens e notícias). Essas últimas, como as incluídas no material de análise desta pesquisa, voltadas para a produção de informação, são na verdade portadoras de opinião e pontos de vista, disfarçados como fatos:

É por essa razão que eu sustento, com Amossy (2006), que o jogo da argumentação não deve ser buscado unicamente na visada argumentativa explícita que caracteriza certas situações de discurso, mas em uma dimensão comportando estratégias, nem sempre conscientes ou manipuladoras, pelas quais um sujeito deseja propor pontos de vista a um destinatário/leitor (EMEDIATO, p. 79, 2013).

Desse modo, este autor entende que as estratégias de argumentação são utilizadas em dadas situações, quais sejam (EMEDIATO, 2013, 79): 1) Na maneira como são utilizadas as palavras e a enunciação; 2) Nas categorias linguísticas discursivas que eu escolho que, por sua vez, são portadoras de intenções argumentativas que evocam inferências no leitor; 3) No uso de indução, disjunção, analogias e outros tipos de raciocínio. Para Emediato (2013), o enquadramento é um tipo de estratégia utilizada para argumentação. Citando Jean-Blaise Grize (1990, citado por EMEDIATO, 2013), o autor explica que o enquadramento é um tipo de esquematização que orienta o olhar do outro.

Outro fato importante são as estratégias enunciativas. A enunciação é, por si só, uma perspectiva. Quando você se depara com algo e lê, automaticamente se vê diante de um fato e o interpreta à sua maneira. Pensar é pôr em cheque aquela leitura, conforme suas interpretações. Desse modo, quando falamos de modalização ou modalidade enunciativa seria o mesmo que se questionar: qual o propósito daquela enunciação e como ela é feita pelo agente enunciativo? (aqui, no caso, o veículo). Ao explicar esse raciocínio, Emediato (2013) o separa em duas dimensões integradas entre si: *Dictun*, que seria o conteúdo, e o *modus*, a forma como foi dito. Ou seja, a forma como você escolhe enunciar determinado acontecimento é o modo como você argumenta sobre aquele fato.

Por exemplo, algumas coisas no jornalismo são enunciadas como evidência, mas poderiam trazer outras intenções, como possibilidade ou hipótese, oferecendo ao

---

leitor um espaço maior de interpretação e dando a ele a chance de escolher o que pensa sobre determinada questão. Por isso, saber o que é a enunciação e o modo como ela é feita é fundamental para entendermos os argumentos, uma vez que eles são frutos da mesma, ou seja, eu leio, eu interpreto e eu argumento sobre aquilo de acordo com meus insights.

Nesse ponto, ao observar o discurso relatado, percebemos que é ainda mais complexo pois ele apresenta apenas fragmentos da ação, relata uma perspectiva, a visão de quem o está fazendo. O jornalista, ao escrever sobre algo, transforma sob o seu ponto de vista, e sua narração é, portanto, diferente do discurso original. Ou seja, eu, jornalista, vou relatar algo, mas a partir do momento que faço isso eu transformo aquela ação quando eu narro, comento, falo sobre algo, eu mudo, sou eu falando e não mais o discurso original.

Portanto, o problema da argumentação no discurso relatado está ligado justamente a essa transformação feita pelo sujeito informante. Assim, “(...) a informação midiática orienta a leitura do destinatário em direção a uma problematidade ética” (EMEDIATO, 2013, p. 93). A ética orienta o destinatário, que pode se incomodar ou não com a informação, dependendo do que julga eticamente correto. Emediato (2010) explica que a mídia não apenas relata o acontecimento, mas o constrói de modo que coloca em evidência aquilo que não se vê, ou seja, levanta hipóteses, problematiza e impõe ou orienta conclusões.

Nesse sentido, a produção jornalística, com exceção das colunas de opinião, não apresenta incisivamente uma dimensão de argumentação, ficando a cargo dos leitores sua interpretação. “Por isso, se faz necessário interpretá-lo (o texto) considerando as representações implícitas que traduzem a problematidade subjacente aos enunciados” (EMEDIATO, 2010, p. 79). Estas mesmas representações implícitas, que nos ajudam a identificar a problematidade argumentativa, apontam também para uma ética cidadã, levando o leitor a entender dada situação de acordo com a ética que o envolve.

Concluimos que a produção midiática dos lugares de interpretação é condicionada de acordo com os elementos utilizados, ou seja, as representações geridas pelo agente enunciativo. “A informação na imprensa, seja ela qual for, parte de um investimento narrativo que constrói um tipo de relação do leitor com o mundo” (EMEDIATO, 2010, p. 93). Dessa forma, é possível observar, mais uma vez, que a



---

informação não se encontra apenas no dito, apenas no escrito, no conteúdo em si, mas ela é complementada após o leitor preencher as lacunas propostas pelo quadro de questionamento que o leva a problematizar o enunciado.

### **Movimento analítico: dos critérios de construção à produção dos sentidos**

À luz dos critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005), e da problematidade e argumentação da mídia (EMEDIATO, 2010; 2013), aprofundaremos na análise das reportagens para compreendermos as questões que nos trouxeram até aqui. Ao olhar para a Folha, um dos jornais mais influentes do país, buscamos entender como se dá o seu processo de produção quando se tem como pauta a fome, o porquê esta problemática está entre os assuntos discutidos na Folha e qual o discurso sobre o tema é construído e argumentado aos leitores.

O público principal da Folha de S. Paulo é composto por homens de classe média/ média alta. Por isso, para começar nossa provocação, podemos nos perguntar: por que a Folha pauta a fome, se os seus leitores não passam fome? Parte da resposta está nos valores-notícias, a começar pelos critérios substantivos de seleção (TRAQUINA, 2005). Ambas as reportagens em análise podem ser abordadas a partir dos critérios de relevância, por se tratarem de acontecimentos que causaram impactos e, de novidade, pois foram publicadas assim que as informações sobre a fome foram anunciadas. A primeira reportagem, veiculada no mesmo dia em que foi anunciado que o país saiu do Mapa da Fome, segundo a FAO, em 16 de setembro de 2014, e a segunda, publicada em 17 de setembro de 2020, após a divulgação da pesquisa feita pelo IBGE, naquele ano.

No entanto, os critérios principais para análise e que dialogam com a discussão de Emediato (2010) são os critérios de construção (TRAQUINA, 2005), descritos mais adiante. Como apresenta o linguista, a relação do leitor com a produção é baseada em um quadro de valores, no qual o jornal irá construir a produção de sentido. Ou seja, existe um contrato de comunicação entre o que a Folha produz e o leitor que a lê.

E, como esse acordo é feito? Ao falar sobre a informação midiática, Emediato (2010) explica que ela não se limita a apresentação dos fatos, mas que busca colocar em evidência aquilo que não se vê. “É nesse sentido que a informação midiática, problematiza os acontecimentos, levanta hipóteses, desenvolve teses, apresenta (ou não)

---

provas, impõe ou orienta conclusões, conferindo ao acontecimento um valor simbólico” (EMEDIATO, 2010, p.79).

Tal problematidade, levantada pelo autor, consiste nas representações implícitas da mídia utilizadas em seu quadro de questionamentos e estrutura argumentativa. Desse modo, considerada uma imprensa de referência, a problematidade argumentativa da Folha de S. Paulo aponta para uma ética cidadã. Isto é, o jornal irá apresentar uma situação, se apropriando de posições de conformidades valorizadas socialmente, alimentada pelo leitor cidadão que, por sua vez, partilha dessas mesmas normas éticas.

Para gerar a problematidade, a Folha se utiliza de estratégias discursivas e argumentativas (EMEDIATO, 2010), que se aproximam do que Traquina (2005) chama de critérios de construção, quais sejam: simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização. O enquadramento, por exemplo, seria para Emediato uma das estratégias utilizadas pela mídia para argumentação, a fim de ativar no leitor memórias sobre um determinado assunto. Portanto ele se aproxima do critério de relevância, que consiste em encontrar naquele acontecimento algo que vá interessar o seu público.

Voltamos então o nosso olhar para as duas reportagens em análise. Levando-se em consideração a ética cidadã, o assunto fome é de interesse dos leitores da Folha de S. Paulo, mesmo que eles não sejam atingidos diretamente por ela, pois trata-se de tema de relevância social. A veiculação, tanto da saída quanto da volta do Brasil ao Mapa da Fome, pode causar no leitor um incômodo, seja sentimento positivo ou negativo, de acordo com as normas éticas que o faz viver em sociedade.

Por sua vez, o critério de personalização não é adotado pela Folha de S. Paulo. Na reportagem veiculada no dia 16 de setembro de 2014, com o título “Com mudança de metodologia, números da Fome Melhoram no Brasil”, não há personagem retratado na matéria. Aqui, as únicas fontes utilizadas são o relatório de insegurança alimentar no mundo, da FAO, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e falas da ex-ministra Tereza Campello, em coletiva de imprensa.

Para o mesmo critério, na segunda reportagem em análise, publicada em 17 de setembro de 2020, com o título “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”, nota-se também a ausência de personagens, com

---

exceção de uma galeria de fotos reutilizada de uma outra reportagem de título “Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz”, publicada no dia 5 de abril de 2020, à 1h, que faz referência à pandemia e não a retorno do país ao Mapa da Fome, ocorrido de fato em 2018, ano em que, segundo o IBGE, as famílias haviam voltado a sofrer com a insegurança alimentar.

A dramatização é outro critério pouco utilizado pela Folha. Embora o assunto fome tenha abordagens que possam gerar algum tipo de comoção, não é sob esta perspectiva que o veículo apresenta suas reportagens, pois sem histórias e personagens, a Folha apresenta, nas duas reportagens em análise, uma posição objetiva sobre o assunto, apenas com dados estatísticos e fontes oficiais. Mas, reforçamos novamente que, pela problematidade da ética cidadã pelo qual o veículo envolve os seus leitores, mesmo sem explicitar aqueles que sofrem com a fome, as reportagens podem até gerar incômodo pela natureza conflituosa dos acontecimentos.

A filósofa Victoria Camps (1993, citado por PONTE, 2005) ressalta uma importante reflexão ao falar sobre outro ponto que nos interessa aqui: o interesse. O termo estaria relacionado, segundo Luís Ladeveze (1991, citado por PONTE, 2005), ao critério de significância, por isso, é importante olharmos para ele. Portanto, para Camps (1993, citada por PONTE, 2005), existe um interesse comum na sociedade, aquele no qual estão inclusos problemas como a pobreza, disputas étnicas e o tema central aqui: a fome.

A filósofa acredita que o certo seria que as informações dispostas pela mídia fossem capazes de sensibilizar o público que, mesmo sem ser afetado por estas problemáticas, deveria se incomodar e se mobilizar. “Essa é a única ‘comunidade’ de interesses realmente necessária para combater o liberalismo e o individualismo extremos” (CAMPS, 1993, citada por PONTES, 2005, p. 203). Mas, até aqui, a Folha de S.Paulo, ao falar da fome, estaria causando algum tipo de comoção em seus leitores?

A escolha dos critérios utilizados, ou não, corresponde, dessa forma, a qual argumento e posição a Folha de S. Paulo assume diante da temática fome. Como já citamos, textos jornalístico, que possuem a pretensiosa intenção de apenas informar, apresentam de qualquer modo um ponto de vista que, mesmo “apagado” da enunciação, evocam no leitor aquele mesmo entendimento e, para isso, utilizam-se das estratégias citadas por Emediato (2013).

---

Então, quais seriam essas estratégias utilizadas pela Folha quando a fome é pautada? Como lembra Emediato, a enunciação é uma perspectiva. O fato de o jornal estar falando sobre algo, o faz sob um ponto de vista. Quando o veículo trata um assunto ele escolhe o conteúdo e como falar sobre ele e, até mesmo o título possui uma visada argumentativa.

Olhemos então para o título da primeira reportagem analisada, de 2014: “Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil”. Interpreta-se, apenas pelo título, que os números da fome melhoraram no país, devido a mudança de metodologia da FAO e não por políticas públicas que levaram a alcançar esta conquista. Aqui, o título não faz menção à saída do país do Mapa da Fome. De modo igual, isso não ocorre nos outros dois títulos publicados pela Folha na manhã daquele mesmo dia, 16 de setembro de 2014, que anunciavam:

- 1) Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz ONU;
- 2) Brasil superou o problema da fome, afirma relatório da FAO.

As políticas públicas não aparecem como elemento primário e fundamental desta conquista. O Fome Zero e o Bolsa Família são citados ao longo do texto, mas sem protagonismo. O argumento principal da Folha é baseado na nova metodologia adotada pela FAO, que passou a analisar a distribuição de refeição popular em sua análise. Dessa forma, o percentual de pessoas passando fome no país que era de 7% da população cai para 1,8%.

Já o título da segunda reportagem analisada, de 2020, diz: “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”. Em nenhum momento ele faz menção à volta do país ao Mapa da Fome. Desse modo, nós também procuramos outras publicações da Folha de S. Paulo, no mesmo período, e notamos que o termo “Mapa da Fome” não é mais citado pelo jornal. Não à toa, ao pesquisarmos por ele na barra de pesquisa da publicação online, não encontramos resultado.

Observar os títulos se torna um exercício importante, a partir do momento que entendemos a sua influência sobre o raciocínio dos leitores. No discurso midiático o mais comum é encontrar argumentos escondidos nos laços de causalidade, assim como no título da primeira reportagem, onde x implica em y, isto é, o Brasil sair do Mapa da Fome está associado ao fato da mudança de metodologia e, por isso, o leitor conclui que sem um o outro não seria possível.

---

Por sua vez, o título da segunda reportagem, de 17 de setembro de 2020, orienta o leitor a uma problematidade ética-cidadã, isto porque existe uma ideia de justiça social, em que a fome é uma problemática que precisa ser solucionada pelo governo. Assim, Emediato explica que é por meio dessa problematidade que o leitor irá se posicionar. O seu julgamento é despertado antes mesmo da leitura do texto. “A ética cidadã funciona, assim, como uma premissa determinante no funcionamento do discurso da informação jornalística” (EMEDIATO, 2013. p.94).

### **Conclusão**

Ao final deste percurso, voltamos à pergunta: qual discurso é apresentado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a fome? Como abordado, a problematidade está presente nas linhas, em suas posições declaradamente ditas e também não ditas. Por isso, a análise nos possibilitou entender não só o que e como a Folha fala sobre a fome, mas o que ela deixa de dizer.

Desse modo, podemos dizer que a Folha sugere indignação no seu leitor? O jornal não possui o intuito de causar desconforto. Verificamos, a partir da análise, qual o discurso que chega até os leitores do jornal. Com uma abordagem sem personagens e sem histórias, a Folha apresenta um material frio e distante da realidade daqueles que são acometidos pela fome. O assunto é pautado, pois como vimos, é recheado de critérios de noticiabilidade e possui a problematidade da ética-cidadã, mas com um discurso que se distancia da tentativa de causar algum incômodo ou sensibilizar o seu público. Pelo contrário, a fome é traduzida em dados estatísticos. Sua problematidade é interpretada a partir de números, tabelas e fontes oficiais.

Para responder se a Folha sugere ou não indignação aos seus leitores, precisamos lembrar que a indignação está relacionada à defesa das normas sociais em uma determinada sociedade. Então, acredito que sim. A Folha, como veículo de referência, apresenta aos seus leitores um discurso que sugere indignação dentro dos padrões do que para ela seria cidadania. Ou seja, ao se deparar com o conteúdo, o seu leitor tem a opção de exercer a sua cidadania conformista.

Dessa forma, é possível perceber que, mesmo em períodos e contextos diferentes, o discurso produzido pela Folha é o mesmo. Não importa se o Brasil passa por uma conjuntura política e econômica favorável a ponto de conseguir tirar milhares

---

de famílias da fome, ou se a fome volta a ser uma problemática. Em qualquer um dos cenários, ela não deixa de ser estatística na Folha e, por assim dizer, não tem seu fator social utilizado como base na produção dos conteúdos.

## Referências

BARBON, Júlia. Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 de setembro de 2020. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/quatro-em-cada-dez-familias-brasileiras-vivem-em-inseguranca-alimentar-diz-ibge.shtml#:~:text=Quatro%20em%20cada%20dez%20fam%C3%ADlias,09%2F2020%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha>>

Acesso em: 20/07/2023

BETTO, Frei. Fome Zero: ganhos e perdas. In: ARANHA, Adriana. **Fome Zero, uma História Brasileira**. Brasília, 2010. p. (133 - 139).

Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 de setembro de 2014. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516648-brasil-reduziu-em-50-o-numero-de-pessoas-que-sofrem-fome-diz-a-onu.shtml>> Acesso em: 20/04/2023

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: **Do boom ao caos econômico**. [s.l.]: Todavia, 2018

EMEDIATO, Wander. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida, MELLO e Renato. **Análises do discurso hoje**, volume III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A, 2010. p. (79-98).

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander. **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013, p. (69-101).

FOREQUE, Flávia. Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil. Folha de S. Paulo, Brasília, 16 de setembro de 2014. Poder. Disponível em:

<<https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1516930-com-mudanca-de-metodologia-numeros-da-fome-melhoram-no-brasil.shtml>> Acesso em: 17/05/2023

FOREQUE, Flávia. Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO. Folha S. Paulo, Brasília, 16 de setembro de 2014. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516700-brasil-superou-problema-da-fome-afirma-relatorio-da-fao.shtml>> Acesso em: 17/05/2023

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. s.l., 2021. Disponível em:

---

[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em:  
19/05/2023

PONTE, Cristina. Os valores-notícias em questão. In: PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Insular, 2005. (p. 192-214).

TRAQUINA, Nelson. As Teorias do Jornalismo. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo volume I: Por que as notícias são como são?** Florianópolis: Insular LTDA, 2ª ed, 2005. (p. 145-187).

TRAQUINA, Nelson. Ser ou não ser notícia? In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II: A tribo Jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular LTDA, 2010. (p. 61-101).